



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALHADOR

JUSTIFICATIVA

Objeto: Locação de Imóvel destinado ao Funcionamento do Departamento de Transportes do município de Malhador/SE

Base Legal: Artigo 24, inciso X, da Lei nº. 8.666/93, de 21.06.93

Locador(a): Centro Social São José

CNPJ: 02.471.956/0001-05

A **Secretaria Municipal de Infraestrutura da Cidade de Malhador/SE**, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, necessita contratar serviços de locação de imóvel na zona urbana para servir de Departamento de Transportes.

Ao caso em tela, aplica-se a hipótese preconizada no art. 24, Inciso X da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada.

“É dispensável a licitação:”

X – “para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;”

Quanto à necessidade do enquadramento legal, vinculando-se o fundamento legal do Art.24, inciso X, da Lei nº. 8.666/93, de 21.06.93, vejamos o que disciplina o Dr. Jorge Ulisses Jacoby Fernandes em sua obra **CONTRATAÇÃO DIRETA SEM LICITAÇÃO**:

“Para que a situação possa implicar na dispensa de licitação deve o fato concreto enquadrar-se no dispositivo legal preenchendo todos os requisitos. Não é permitido qualquer exercício de criatividade ao administrador, encontrando-se as hipóteses de licitação disponível previstas expressamente na Lei, numerus clausus, no jargão jurídico, querendo significar que são apenas aquelas hipóteses que o legislador expressamente indicou que comportam dispensa de licitação”. (JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contratação direta sem licitação. Brasília: Brasília Jurídica, 1995.p.156)

Marçal Justem Filho leciona que

“A ausência de licitação deriva da impossibilidade de o interesse público ser satisfeito através de outro imóvel, que não aquele selecionado. As características do imóvel (tais como localização, dimensão, edificação, destinação etc.) são relevantes, de modo que a administração não tem outra escolha. Quando a Administração necessita de imóvel para destinação peculiar ou com localização determinada, não se torna possível a competição entre particulares”. (JUSTEN FILHO, Marçal. (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 8ed. São Paulo: Dialética, 2000.p.252)



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALHADOR
RAZÃO DA ESCOLHA DO IMÓVEL**

A escolha recaiu no imóvel situado na Rua Alcides Borges Santos, Centro, nesta cidade de Malhador/SE, por ser o imóvel que apresenta características que atendem aos interesses da Administração, e em razão dos motivos aduzidos pelo Engenheiro, Sr. Wilson Mota Neto.

O imóvel que é objeto do presente processo é localizado na área central de Malhador, com fácil acessibilidade, próximo a sede da Prefeitura.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O preço pactuado nesse processo administrativo de Dispensa de Licitação está estabelecido pelo Laudo de Avaliação de Bens.

- As despesas decorrentes deste processo administrativo de Dispensa de Licitação correrão por conta da dotação orçamentária, na qual verifica-se que há disponibilidade financeira para a referida despesa.

Malhador, 22 de Dezembro de 2021.

Wilson Mota Neto
Secretário Municipal de Infraestrutura